

ANEXO III – DIRETRIZES DE SSMA

1 OBJETIVO

- 1.1 Esta Diretriz, para os serviços de operação e instrumentação de rede de distribuição de gás natural do Estado do Espírito Santo, visa atender as exigências legais e integradas de Segurança, Saúde e Meio Ambiente – SSMA, além dos requisitos específicos, com o propósito de proteger as pessoas, o meio ambiente, os equipamentos e as instalações da CONTRATANTE, da CONTRATADA e da COMUNIDADE, sendo por isso, do interesse comum das partes.

2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA E COMPLEMENTARES

- 2.1 Além das exigências de SSMA contidas nesta Diretriz, a CONTRATADA deve atender aos requisitos dos seguintes documentos:
- 2.1.1 Aspectos de SSMA constantes na Constituição Federal, Leis, Decretos, Portaria 3214/78 do MTE (Normas Regulamentadoras – NR), Instruções Normativas e Resoluções no âmbito federal, estadual e municipal;
 - 2.1.2 Política, Procedimentos e Normas de SSMA da ES GAS citados nesta diretriz que estarão disponíveis para CONTRATADA.
 - 2.1.3 Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;
 - 2.1.4 Recomendações Técnicas de Procedimento – RTP - Fundacentro;
 - 2.1.5 Estudos Ambientais - RCA/AR;
 - 2.1.6 Licença Prévia – LP e Licença de Instalação - LI;
 - 2.1.7 Atendimento, Comunicação, Investigação e Divulgação de Acidentes Fatais;
 - 2.1.8 Levantamento de Perigos/Danos e Avaliação de Riscos;
 - 2.1.9 Levantamento de Aspectos e Avaliação de Impactos Ambientais;
 - 2.1.10 Plano de Resposta a Emergências
- 2.2 As normas (leis, resoluções, instruções normativas, normas técnicas, etc.) citadas nesta diretriz tem a função de ministrar uma referência para a condução das atividades. É obrigação da CONTRATADA a verificação da norma (leis, decretos, resoluções, instruções normativas, normas técnicas, etc.) a ser aplicada a cada caso específico para as atividades a serem executadas, analisando eventuais modificações das normas e/ou aplicabilidade de normas estaduais e/ou municipais.

3 DEFINIÇÕES

- 3.1 **ABNT** - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 3.2 **Acidente Fatal** - quando provoca a morte do trabalhador.
- 3.3 **AIDS** - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.
- 3.4 **Anomalia**: situação ou evento indesejável que resulte ou possa resultar em danos ou falhas, que afetem pessoas, o meio ambiente, o patrimônio (próprio ou de terceiros), a imagem da ES GAS, os produtos ou os processos produtivos. Este conceito inclui os acidentes, doenças, incidentes, desvios e não conformidades.
- 3.5 **APR** - Análise Preliminar de Risco.

- 3.6 **ASO** - Atestado de Saúde Ocupacional.
- 3.7 **CAT** - Comunicação de Acidente do Trabalho.
- 3.8 **Cinto de Segurança Tipo Pára-Quedista** - é o que possui tiras de tórax e pernas com ajuste e presilhas; nas costas possui uma argola para fixação de corda de sustentação.
- 3.9 **Comunidade** - População diretamente impactada pela obra.
- 3.10 **CONAMA** - Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- 3.11 **DDSSMA** - Diálogo Diário de Segurança, Meio Ambiente e Saúde.
- 3.12 **Desvio**: Qualquer ação ou condição, que tem potencial para gerar direta ou indiretamente, danos às pessoas ao patrimônio (próprio ou de terceiros), ou impacto ao meio ambiente, que se encontra desconforme com as normas de trabalho, procedimentos requisitos legais ou normativos, requisitos do sistema de gestão e boas práticas.
- 3.13 **Doenças Ocupacionais** - são aquelas decorrentes de exposição a substâncias ou condições perigosas inerentes a processos e atividades profissionais ou ocupacionais.
- 3.14 **DRT** - Delegacia Regional do Trabalho.
- 3.15 **DST** - Doença Sexualmente Transmissível.
- 3.16 **Dutos** - tubulações destinadas ao transporte de petróleo ou seus derivados, sob pressão.
- 3.17 **ENIT** - Escola Nacional da Inspeção do Trabalho
- 3.18 **EPI** - Equipamento de Proteção Individual - todo dispositivo de uso individual destinado a proteger a saúde e a integridade física do trabalhador.
- 3.19 **Ferramenta** - utensílio empregado pelo trabalhador para realização de tarefas.
- 3.20 **Ferramenta Pneumática** - ferramenta acionada por ar comprimido.
- 3.21 **HH** - Homem-hora.
- 3.22 **IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
- 3.23 **Impacto Ambiental** - qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização.
- 3.24 **LAIPD** – Levantamento de Aspectos e Impactos, Perigos e Danos
- 3.25 **LI** - Licença de Instalação.
- 3.26 **Liderança** - refere-se a todos os indivíduos diretamente responsáveis por todas as atividades relativas a execução do contrato;
- 3.27 **LV** - Lista de Verificação.
- 3.28 **LP** - Licença Prévia.
- 3.29 **Máquina** - aparelho próprio para transmitir movimento ou para utilizar e pôr em ação uma fonte natural de energia.
- 3.30 **MTE** - Ministério do Trabalho e Emprego.
- 3.31 **Não conformidade**: Não atendimento a um requisito definido em normas, procedimentos, legislação, políticas, documentos internos, dentre outros. As



anomalias identificadas através de auditorias devem ser classificadas como não conformidades.

- 3.32 **NBR** - Norma Brasileira.
- 3.33 **NR** - Norma Regulamentadora da Portaria 3214/78 do MTE.
- 3.34 **Ocorrência Anormal** - evento que deu origem a um acidente ou que tem potencial de causar um acidente.
- 3.35 **PAE** - Plano de Ação de Emergências.
- 3.36 **PCMSO** - Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional.
- 3.37 **Perigo** - Fonte ou situação com potencial de provocar danos em termo de ferimentos humanos ou problemas de saúde, danos à propriedade, ao meio ambiente, ou combinação destes.
- 3.38 **PGR** - Plano de Gestão de Resíduos.
- 3.39 **Política de SSMA** - Declaração da organização, expondo suas intenções e princípios em relação a SSMA, que provê uma estrutura para ação e definição de objetivos e metas de SSMA.
- 3.40 **PPRA** - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- 3.41 **Profissional Habilitado** - profissional que possui habilitação exigida pela lei.
- 3.42 **PT** - Permissão de Trabalho.
- 3.43 **REM** - Relatório Estatístico Mensal de Acidentes.
- 3.44 **Risco** - A combinação da probabilidade e consequência de ocorrer um evento perigoso especificado;
- 3.45 **SESMT** - Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho.
- 3.46 **SSMA** - Segurança, Saúde e Meio Ambiente.
- 3.47 **TFCA** - Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento.
- 3.48 **TFSA** - Taxa de Frequência de Acidentes sem Afastamento.
- 3.49 **TG** - Taxa de Gravidade.
- 3.50 **TOR** - Taxa de Ocorrências Registráveis.
- 3.51 **Trabalhador Habilitado** - aqueles que comprovem perante o empregador e a inspeção do trabalho uma das seguintes condições:
 - 3.51.1 Capacitação, mediante curso específico do sistema oficial de ensino;
 - 3.51.2 Capacitação, mediante curso especializado ministrado por centros de treinamento e reconhecido pelo sistema oficial de ensino.
- 3.52 **Trabalhador Qualificado** - aqueles que comprovem perante o empregador e a inspeção do trabalho uma das seguintes condições:
 - 3.52.1 Capacitação mediante treinamento na empresa;
 - 3.52.2 Capacitação mediante curso ministrado por instituições privadas ou públicas, desde que conduzido por profissional habilitado;
 - 3.52.3 Ter experiência comprovada em Carteira de Trabalho de pelo menos 6 (seis) meses na função.
- 3.53 **Talude** - inclinação ou declive nas paredes de uma escavação.
- 3.54 **Tapume** - divisória de isolamento.

4 CONDIÇÕES GERAIS

4.1 GESTÃO DE SSMA

4.1.1 Perigos e Riscos de Segurança e Saúde, Aspectos e Impactos Ambientais

4.1.1.1 A CONTRATADA deve avaliar o levantamento de aspectos e impactos, perigos e danos (LAIPD) - presentes nas atividades típicas a serem desenvolvidas (fornecido em anexo pela CONTRATANTE), de forma a identificar quais os cenários de risco e impactos gerados, assim como os controles necessários, devendo apresentar à CONTRATADA as considerações que julgar pertinentes em caso de discordância, para que a mesma revise a LAIPD caso julgar necessário.

(Em anexo, encontra-se a planilha LAIPD - Levantamento de Aspectos e Impactos, Perigos e Danos da Unidade, que servirá de base para a CONTRATADA.

4.1.1.2 Para os serviços críticos ou de maior risco indicados pela fiscalização dos serviços a CONTRATADA deverá realizar uma APR específica, tomando por base as planilhas citadas no item anterior e, necessariamente, envolver na elaboração os respectivos encarregados do trabalho e o técnico de segurança;

4.1.1.3 A CONTRATADA deve divulgar amplamente entre seus empregados, os perigos e riscos, aspectos e impactos identificados, inerentes as suas atividades, bem como as formas de controle dos mesmos.

4.1.1.4 Deve ser aplicada pela CONTRATADA, no mínimo, uma APR para todas as áreas e frentes de serviços, englobando todas as atividades a serem executadas no objeto do CONTRATO. Para as atividades com grau de risco elevado, deve ser elaborada uma APR específica.

4.1.1.5 A APR emitida pela CONTRATADA não exclui a emissão de nova APR, juntamente com o órgão operacional, quando solicitado.

4.1.2 Requisitos Legais e Outros

4.1.2.1 Cabe à CONTRATADA identificar requisitos legais, e outros, aplicáveis às suas atividades, não previstos nessa diretriz e estas informações devem ser mantidas atualizadas durante toda a vigência do contrato.

4.1.3 Requisitos de Gestão de SSMA

4.1.3.1 A CONTRATADA deve elaborar, manter disponível os programas exigidos pela legislação vigente e planos aplicáveis ao sistema de gestão:

- I. Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA ou Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, conforme determina a legislação vigente;
- II. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- III. Programa de Conservação Auditiva – PCA;
- IV. Programa de Proteção Respiratória – PPR;
- V. CIPA – Previsão de instalação e forma de atuação ;
- VI. Plano de Emergência Médica e Primeiros Socorros;
- VII. Programa de Treinamento.

4.1.3.2 Planejamento, Implementação, Operação, Verificação e Ações Corretivas de SSMA do:

- I. Procedimentos e orientações sobre SSMA a serem adotados em função dos perigos e danos, aspectos e impactos identificados;
- II. Rotina de inspeções e análises de riscos, acompanhamento e supervisão dos serviços, dos empregados e das condições de trabalho, objetivando a prevenção de ocorrências anormais de SSMA;
- III. Sinalização de SSMA (conforme NR 18, Normas Brasileiras aplicáveis e Resolução CONAMA 275/01);
- IV. Aquisição, Distribuição, Utilização, Higienização, Manutenção e Descarte de EPI;
- V. Acompanhamento de Não-Conformidades e Ações Corretivas e Preventivas;
- VI. Divulgação dos indicadores de SSMA para todos os trabalhadores;
- VII. Motivação dos trabalhadores para os aspectos de SSMA e relacionamento com Comunidades e Proprietários.

4.1.3.3 O preposto da CONTRATADA deve se responsabilizar pelo monitoramento e Gestão de SSMA e Comunicação Social.

4.1.4 Meio Ambiente

4.1.4.1 A Gestão de SSMA deve contemplar os requisitos existentes no sistema de gerenciamento ambiental e demais requisitos legais e normativos aplicáveis.

4.1.4.2 A CONTRATADA deve dar destinação final a embalagens e sobras de produtos, materiais não aplicados e resíduos, bem como de ferramentas e utensílios não utilizados, todos de seu fornecimento.

4.1.4.3 As embalagens e sobras de materiais, produtos, ferramentas e utensílios inutilizados devem ser segregados e transportados para locais adequados, de preferência para reciclagem, devendo a CONTRATADA apresentar à CONTRATANTE documentos que comprovem a sua destinação em conformidade com a Legislação Ambiental vigente.

4.1.4.4 Todo descarte de resíduos deverá estar de acordo com o Plano de Gestão de Resíduos e para os casos não previstos no plano seja exigida a autorização prévia da fiscalização.

4.1.4.5 O transporte de qualquer produto perigoso deve atender os requisitos do Decreto Federal 96.044/88 artigos 38 e seguintes, da Portaria 204/97 do Ministério dos Transportes e outros aplicáveis.

4.1.4.6 Os veículos da CONTRATADA devem atender os requisitos da Portaria 100/80 do Ministério dos Transportes quanto às emissões atmosféricas e da Portaria IBAMA 85/96 quanto à manutenção.

4.1.5 Saúde – PCMSO

4.1.5.1 A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE antes do início das atividades, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO/NR-7). Este deve contemplar as exigências contidas no PPRA/NR-9, para o seu pessoal e da(s) sua(s) subCONTRATADA (s), contendo o nome e cópia do certificado de habilitação do Médico do Trabalho, empregado ou não da empresa, responsável pelo PCMSO.

4.1.5.2 Do PCMSO devem constar ainda:

- a) A indicação da(s) entidade(s) de saúde que deve(m) dar atendimento e assistência para o encaminhamento hospitalar em caso de emergência ou para ocorrências de acidentes durante a execução dos serviços, bem como o meio de transporte a ser utilizado;
- b) O planejamento das ações de saúde para prevenções de situações endêmicas típicas do local onde devem ser realizados os serviços, tais como: dengue, cólera, malária, leishmaniose, febre amarela, acidentes com animais peçonhentos, dentre outros, em conformidade com as instruções emanadas do Órgão de Saúde Pública da região ou da CONTRATANTE.

4.1.5.3 A CONTRATADA manterá os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) emitidos para seus empregados e para os de suas sub CONTRATADA, arquivados e atualizados nas frentes de trabalho e em seus escritórios, conforme norma da CONTRATANTE. Deve ser vinculada à emissão do ASO, a liberação do trabalhador para exercer suas atividades.

4.1.5.4 Mesmo que a CONTRATADA opte pelo credenciamento de clínicas externas para a execução dos exames admissionais, periódicos e demissionais, bem como para atendimento a acidentado com lesão, o prontuário médico dos empregados deve ficar arquivado.

4.1.5.5 Os exames complementares devem ser realizados por instituições e/ou profissionais habilitados, e devem constar, no mínimo, os exames exigidos pela NR-7.

4.1.5.6 A CONTRATADA deve informar de imediato à CONTRATANTE, a relação dos empregados considerados inaptos após a realização dos exames médicos periódicos.

4.1.5.7 Os gastos decorrentes de atendimento médico eventualmente prestado pela CONTRATANTE aos empregados da CONTRATADA, devem ser deduzidos da sua próxima fatura ou pagamento.

4.1.5.8 A CONTRATADA deverá atender aos requisitos de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos clientes industriais da CONTRATANTE, se assim o for exigido para execução de serviços pela CONTRATADA nas dependências dos referidos clientes.

4.1.6 **Relatório Mensal de SSMA**

4.1.6.1 A CONTRATADA deve apresentar Relatório Mensal de SSMA, até o dia 5 do mês subsequente, contendo, no mínimo:

- a) Resumo estatístico mensal de acidentes – REM, em formulário específico, conforme modelo proposto pela ABNT: NBR - 14280. O REM deve ser emitido mesmo que não tenha ocorrido nenhum acidente;
- b) Quadro e Gráfico de Acompanhamento anual e ao longo do contrato dos Indicadores de SSMA, incluindo controle de desvios;
- c) Quadro de Acompanhamento das Recomendações contidas nos Relatórios de Investigação de Acidentes;
- d) Quadro de Acompanhamento de Treinamento de SSMA de seus empregados e subcontratados;
- e) Quadro de Acompanhamento dos exames médicos previstos no PCMSO (quantidade prevista x realizada);

- f) Quadro de Acompanhamento de Não-conformidades e Ações Corretivas e Preventivas;
- g) Análise Crítica dos Resultados das Avaliações e Indicadores de SSMA;
- h) Resumo da gestão de resíduos no período, incluindo cópias dos documentos que comprovem a regular destinação dos resíduos e tratamento dos efluentes, conforme seu PGR.

4.2 INÍCIO DOS SERVIÇOS

4.2.1 Como condição para início efetivo dos serviços no campo, a CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE as exigências descritas abaixo:

4.2.1.1 Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-7);

4.2.1.2 Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA (NR-9) ou Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, conforme determina a legislação vigente;

;

4.3 IMPLEMENTAÇÃO E OPERAÇÃO

4.3.1 Responsabilidade da CONTRATADA

4.3.1.1 Preposto:

4.3.1.1.1 Cumprir os requisitos Legais e contratuais;

4.3.1.1.2 Execução dos serviços e pelos atos de seus empregados e/ou de suas subcontratadas que venham acarretar não-conformidades de SSMA;

4.3.1.1.3 Garantia de que os requisitos de SSMA sejam indissociáveis das atividades operacionais;

4.3.1.1.4 Promoção e garantia da capacitação e retreinamento das pessoas de sua equipe, bem como das suas subcontratadas, através de treinamentos específicos, com ênfase nas atividades com maior potencial de riscos e/ou impactos;

4.3.1.1.5 Aplicar os métodos que minimizem os riscos e impactos de SSMA, incluindo-os nos procedimentos operacionais;

4.3.1.1.6 Garantir que as subcontratadas adotem os mesmos critérios e princípios de SSMA previstos para CONTRATADA;

4.3.1.1.7 Notificar, imediatamente à CONTRATANTE, qualquer ocorrência anormal na área de SSMA, conforme procedimento de comunicação, e executar as medidas mitigadoras e ações propostas;

4.3.1.1.8 Participar de auditorias de SSMA nas frentes de trabalho.

4.3.2 Profissional de SSMA da Contratada

4.3.2.1 O profissional de SSMA da CONTRATADA é responsável pelas seguintes atribuições:

4.3.2.1.1 Coordenar a Gestão de SSMA;

4.3.2.1.2 Implementar programa de DDSSMA para frente de trabalho;

4.3.2.1.3 Conhecer e assessorar a implementação do cumprimento das recomendações e diretrizes de SSMA, condicionantes das Licenças e dos estudos ambientais, principalmente dos planos, programas e procedimentos sem, contudo, limitar-se a estes;

- 4.3.2.1.4 Emitir recomendações e diretrizes de SSMA, observando as condicionantes das Licenças e dos estudos ambientais, principalmente dos planos, programas e procedimentos, sem, contudo, limitar-se a estes;
- 4.3.2.1.5 Garantir que todas as informações e ocorrências, relativas a SSMA, sejam devidamente registradas e constem nos relatórios específicos;
- 4.3.2.1.6 Notificar imediatamente ao preposto da CONTRATADA, qualquer ocorrência anormal na área de SSMA, conforme procedimento de comunicação, e executar as medidas mitigadoras e ações proposta.
- 4.3.2.1.7 Acompanhar os serviços da contratada, garantindo o cumprimento das recomendações de segurança descritos em procedimentos, APRs e padrões de SSMA da contratante;
- 4.3.2.1.8 Paralisar imediatamente as atividades quando detectadas situações de risco grave e iminente, informando imediatamente ao responsável pelos serviços;
- 4.3.2.1.9 Coordenar as campanhas de prevenção de acidentes e outras campanhas de saúde e segurança corporativas da CONTRATANTE ou governamentais;
- 4.3.2.1.10 Atuar como supervisores de entrada em espaço confinado, garantindo que as condições exigidas pela legislação vigente e padrões de SSMA da contratante sejam atendidas. Para tanto deverão ter experiência e capacitação conforme NR33;
- 4.3.2.1.11 Realizar inspeções de SSMA das instalações da CONTRATANTE, gerando relatórios para a fiscalização;
- 4.3.2.1.12 Coordenar a aquisição, fornecimento e uso de EPI's, pela CONTRATADA.
- 4.3.2.1.13 Coordenar os documentos legais de saúde e segurança do trabalhador exigidos por lei.

4.3.3 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA

- 4.3.3.1 A CONTRATADA deve apresentar um plano de atuação da CIPA, indicando sua forma de organização, se será conforme a NR-5. Em ambos os casos deve haver comunicação à DRT.
- 4.3.3.2 Também deve informar a previsão de instalação da mesma, que deve acontecer tão logo sejam iniciados os serviços, incluindo a previsão de elaboração do Mapa de Riscos Ambientais.

4.3.4 Treinamento, Conscientização e Competência.

- 4.3.4.1 Todo empregado, antes de ser admitido para executar serviços em instalações da CONTRATANTE, deve receber treinamento inicial em SSMA, que deverá incluir o conteúdo mínimo exigido pela NR18. O curso deverá ser ministrado por entidade idônea, e conceituada no mercado, visando garantir a execução de suas atividades com segurança, devendo apresentar certificado de conclusão individual, com carga horária conforme tabela abaixo:

| Característica do serviço | Trabalhadores em geral | Encarregados e supervisores |
|---------------------------|------------------------|-----------------------------|
| Todos os serviços | 8 h | 16 h |

- I I. as condições e meio ambiente de trabalho;
- II II. os riscos inerentes às atividades desenvolvidas;
- III III. os equipamentos e proteção coletiva existentes no canteiro de obras;
- IV IV. o uso adequado dos equipamentos de proteção individual.

4.3.4.2 Do treinamento deve constar, no mínimo, os seguintes tópicos:

- I. Condições e meio ambiente de trabalho;
- II. Riscos inerentes às atividades desenvolvidas;
- III. Equipamentos e proteção coletiva existentes no canteiro de obras/ local de trabalho;
- IV. Uso adequado dos equipamentos de proteção individual;
- V. Programa de Gestão de Riscos do canteiro de obras / local de trabalho.
- VI. Primeiros socorros;
- VII. Primeiro combate ao fogo - treinar 100% do efetivo;
- VIII. Prevenção de doenças infecciosas e parasitárias (AIDS, DST, etc.);
- IX. Prevenção de doenças bucais;
- X. Prevenção do alcoolismo e drogas que causam dependência;
- XI. Prevenção de riscos ocupacionais de natureza física, química e biológica;
- XII. Cuidados com vazamentos de produtos;
- XIII. Noções de controle de resíduos.

4.3.4.3 O treinamento deve ser completado com os seguintes tópicos específicos, respeitando-se as necessidades inerentes à função e as atividades do empregado:

- I. Direção defensiva e segurança no trânsito;
- II. Utilização segura das ferramentas;
- III. Segurança no trabalho em eletricidade;
- IV. Operação de máquinas elétricas;
- V. Segurança na operação de máquinas rotativas manuais (esmerilhadeiras, lixadeiras, etc);
- VI. Segurança no trabalho de solda;
- VII. Movimentação de carga;
- VIII. Segurança nas atividades de escavações;
- IX. Trabalho em altura;
- X. Trabalho confinado;

4.3.4.4 Supervisores

- I. Diálogo Diário de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (DDSSMA) – aprender técnica de como se comunicar com sua equipe, apresentando os aspectos de SSMA diários antes do início da jornada de trabalho;

- II. Técnica de elaboração de Análise Preliminar de Risco - APR – aprender a técnica para estar apto a elaborar com todo o pessoal de sua equipe;
 - III. Primeiros socorros;
 - IV. Primeiro combate ao fogo;
 - V. Prevenção e controle de doenças infecciosas e parasitárias (AIDS, DST, etc.);
 - VI. Prevenção e controle de doenças bucais;
 - VII. Prevenção e controle do alcoolismo e drogas que causam dependência;
 - VIII. Prevenção de riscos ocupacionais de natureza física, química e biológica;
 - IX. Auditoria Comportamental e identificação de desvios;
 - X. Informações sobre responsabilidade civil e penal;
 - XI. Informações sobre Normas Regulamentadoras;
 - XII. Controle de vazamentos de produtos;
 - XIII. Noções básicas sobre gerenciamento de resíduos;
- 4.3.4.5 O DDSSMA deve ser registrado em formulário próprio, com a assinatura de todos os participantes, a data e os assuntos que foram abordados. Em caso de acidentes graves, deve discutir o ocorrido, com análise das causas e a forma de evitar a sua repetição.
- 4.3.4.6 O treinamento de integração ao local de trabalho deve ter carga horária mínima de até 6 (seis) horas, sendo ministrado pela CONTRATANTE antes de o trabalhador iniciar suas atividades e dentro do horário de trabalho, constando, no mínimo, os seguintes tópicos:
- I. Divulgação das Diretrizes de SSMA e Comunicação;
 - II. Informações sobre as condições e meio ambiente do trabalho;
 - III. Abandono de área;
 - IV. Riscos inerentes a sua função;
 - V. Uso adequado dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
 - VI. Normas de Conduta e relacionamento com comunidades, proprietários e outros.
- 4.3.4.7 Todo trabalhador que for realizar atividades nas instalações de gás natural deverá ter capacitação conforme NR20, com a carga horária compatível com sua função. O certificado de capacitação da NR20 deverá ser apresentado à fiscalização da CONTRATANTE para aprovação e verificação de conformidade com a norma vigente. Havendo alguma irregularidade, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA para regularização, sem custo para a CONTRATANTE.
- 4.3.4.8 Além do treinamento admissional, a CONTRATADA deve apresentar cronograma de treinamentos periódicos a ser implementado durante o CONTRATO, para aprovação pela fiscalização dos serviços.
- 4.3.4.9 O programa de treinamento e conscientização periódico deve informar o conteúdo programático, a carga horária, os empregados a serem treinados, a qualificação dos instrutores, a forma de registro, controle e avaliação dos treinamentos.

4.3.4.10 Na operação de máquinas e equipamentos com tecnologia diferente da que o operador estava habituado a usar, deve ser feito novo treinamento, de modo a qualificá-lo à utilização dos mesmos.

4.3.4.11 Sempre que houver mudança de atividade do empregado, necessariamente, deve haver treinamento de adequação.

4.3.4.12 Os treinamentos periódicos e eventuais deverão ser realizados conforme preconiza a NR1.

4.4.4 Comunicação

4.4.4.1 De Incidentes / Acidentes

4.4.4.1.1 A CONTRATADA deve estabelecer critérios para comunicações de acidentes ambientais ou incidentes com potencial de causar danos ambientais, bem como incidentes ou acidentes com trabalhadores próprios e de suas subcontratadas ou com pessoas das comunidades ou terceiros, em decorrência das atividades da obra. A obediência a este requisito não exclui a CONTRATADA do cumprimento de outros requisitos legais exigidos.

4.4.4.1.2 A CONTRATADA, ao elaborar seu procedimento de comunicação, deve contemplar os requisitos de procedimento de comunicação de acidentes fornecido pela CONTRATANTE.

4.4.4.2 Contato com Órgãos Públicos

4.4.4.2.1 O contato da CONTRATADA com as Prefeituras e Secretarias, fica limitado aos assuntos, estritamente contratuais e legais (licenças, autorizações, impostos).

4.4.5 Documentação de SSMA

4.4.5.1 A CONTRATADA deve manter toda documentação legal em forma de documentos controlados e mantidos atualizados ao longo do contrato.

4.4.5.2 Cabe a CONTRATADA controlar todos os documentos requeridos pela legislação e outros requisitos aplicáveis e aqueles requeridos por estas exigências.

4.5 VERIFICAÇÃO E AÇÃO CORRETIVA

4.5.1 Indicadores de SSMA

4.5.1.1 Os indicadores pelos quais a CONTRATADA será avaliada em termos de eficácia, serão:

4.5.1.1.1 Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento (TFCA)

I. A CONTRATANTE calculará mensalmente o TFCA da CONTRATADA que será um dos indicadores de eficácia dos serviços prestados.

II. Para fins de cálculo da TFCA, somente deverão ser considerados os acidentes típicos, e deverá ser obtido segundo a fórmula:

a. $TFCA = \{N^{\circ} \text{ Acidentados com Afastamento (NCA)} \times 10^6\} / \text{Homens Horas de Exposição ao Risco (HHER)}.$

III. São considerados acidentes típicos com afastamento, os ocorridos em que o empregado:

a. Fique temporariamente incapacitado totalmente para o trabalho, a partir do dia seguinte ao acidente;

- b. Sofra algum tipo de incapacidade permanente;
- c. Venha a morrer.

4.5.1.1.2 Taxa de Frequência de acidentes sem Afastamento (TFSA)

- I. Somente acidentes típicos sem afastamento devem ser considerados no cálculo da TFSA, e deverá ser efetuada conforme a fórmula abaixo:
 - a. $TFSA = (NSA \times 10^6) / HHER$
 - b. NSA – Número de acidentados sem afastamento ocorrido no período considerado.
 - c. HHER – Homens Horas de exposição ao risco no período considerado.

4.5.1.1.3 Taxa de Gravidade (TG)

- I. Para fins do cálculo da TG, somente deverão ser considerados os acidentes típicos, e deverá ser efetuada conforme a fórmula abaixo:
 - a. $TG = (TC \times 10^6) / HHER$
 - b. TC – Tempo Computado. Corresponde aos dias de afastamento dos acidentados temporária e totalmente incapacitados para o trabalho.

4.5.1.1.4 Número de acidentes de trajeto

4.5.1.1.5 Número de casos de doenças ocupacionais

4.5.1.1.6 Número de acidentes com subcontratados (se houver)

4.5.1.1.7 Número de acidentes e ocorrências ambientais não-conformes

4.5.1.1.8 A CONTRATADA também deve utilizar outros indicadores reativos e pró-ativos de SSMA, incluindo:

4.5.1.1.8.1 Indicadores reativos:

- I. TAR - Taxa de Acidentes Registráveis, cuja fórmula é: $(SNAR \times 10^6) / HHER$, onde:
 - a. NAR = Número de Acidentes Registráveis (tratamento médico, retorno com restrição, afastamento, fatalidade).
- II. Número de ocorrências anormais;
- III. Número de notificações/autuações de Órgãos Ambientais;
- IV. Número de reclamações das partes interessadas.
- V. Índice de conformidade na aplicação das Listas de Verificação (LV) e em auditorias de SSMA;

4.5.1.1.8.2 Indicadores pró-ativos:

- I. - Número de HH de treinamento;
- II. - Horas de auditorias comportamentais efetuadas;
- III. - Percentual de atendimento as recomendações de auditorias e investigações de SSMA;
- IV. - Número de simulados de SSMA.

4.5.1.1.9 É obrigação da CONTRATADA buscar a melhoria contínua de seus indicadores, estabelecendo planos de ação toda vez que os indicadores, negociados com a CONTRATANTE, não forem atingidos.

4.5.2 Tratamento de anomalias (acidentes, doenças, incidentes, desvios e não conformidades)

4.5.2.1 As anomalias deverão ser tratadas conforme procedimento de TRATAMENTO DE ANOMALIAS DE SSMA da CONTRATANTE;

4.5.2.2 Acidentes do Trabalho

4.5.2.2.1 A CONTRATADA comunicará imediatamente à CONTRATANTE todas as ocorrências anormais e acidentes com lesão.

4.5.2.2.2 Toda ocorrência anormal, acidente com ou sem lesão, e acidente fatal devem ser registrados, investigados, analisados e tratados para verificar tendências e desenvolver programas de prevenção.

4.5.2.2.3 O plano de ações corretivas / preventivas deve ser acompanhado, revisado e avaliado quanto a sua eficácia.

4.5.2.2.4 Os resultados das investigações e das ações de acompanhamento devem ser documentados e compartilhados no âmbito da CONTRATADA e das subcontratadas, se houver.

4.5.2.2.5 Toda ocorrência anormal ou acidente deve ser divulgada aos seus empregados e as medidas corretivas e preventivas implementadas.

4.5.2.3 Acidente com Lesão

No caso de ocorrência de acidente com lesão, com ou sem afastamento, com empregado próprio ou subcontratado, a CONTRATADA deve tomar as seguintes providências:

- a) atender o acidentado;
- b) informar imediatamente a CONTRATANTE;
- c) efetuar a análise do acidente;
- d) emitir o Relatório de Acidente com Lesão e enviar a CONTRATANTE;
- e) preencher a CAT (Comunicação de Acidente do Trabalho), encaminhando-a para o INSS, com cópia para a CONTRATANTE;
- f) informar a CONTRATANTE as providências tomadas, independente das comunicações obrigatórias previstas pela legislação.

4.5.2.4 Acidente Fatal

No caso de ocorrência de acidente fatal, a CONTRATADA deve atender ao procedimento de TRATAMENTO DE ANOMALIAS assim como seguir determinações previstas em lei.

4.5.3 Registros

Cabe à CONTRATADA controlar e arquivar todos os registros requeridos pela legislação e aqueles requeridos por estas exigências.

4.5.4 Auditorias de Segurança, Meio Ambiente e Saúde

4.5.4.1 A CONTRATANTE realizará, a seu critério, inspeções e/ou auditorias nas frentes de trabalho, para detectar eventuais não-conformidades de SSMA. O período, escopo e abrangência das inspeções e/ou auditorias, será informado previamente a CONTRATADA.

- 4.5.4.2 A CONTRATADA compete corrigir as não-conformidades detectadas nas inspeções e auditorias, elaborando cronograma e plano de ação para tratamento dentro do prazo estabelecido.
- 4.5.4.3 O cronograma das auditorias e inspeções será objeto de negociação prévia entre CONTRATANTE e CONTRATADA.
- 4.5.4.4 Os relatórios das auditorias e inspeções, serão encaminhados à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

5 CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 CONTROLE OPERACIONAL

5.1.1 Equipamentos de Proteção Individual – EPI

- 5.1.1.1 A CONTRATADA tem a responsabilidade e obrigação pelo fornecimento gratuito aos seus empregados, de todo e qualquer tipo de EPI adequado ao risco e necessário à execução da atividade, devendo manter estoque para a continuidade de execução dos serviços.
- 5.1.1.2 A seleção e especificação técnica dos EPI's a serem utilizados para cada tipo de atividade deve ser definida pela equipe do SSMA da CONTRATADA que deve orientar-se na legislação específica e na avaliação dos riscos inerentes aos serviços contratados.
- 5.1.1.3 É obrigatório o fornecimento pela CONTRATADA e subcontratadas, de vestimentas de trabalho com logotipo ou nome da empresa, em local de destaque, para todos os seus empregados, com características e quantidades compatíveis com os serviços a serem executados, sendo no mínimo, dois jogos completos por empregado.
- 5.1.1.4 Todos os trabalhadores devem usar obrigatoriamente capacete, vestimenta de trabalho composta de calça, camisa e bota. Exceção feita para soldador, maçariqueiro, lixador, pintor, jatista e outros que requeiram que usarão EPI específicos de proteção.
- 5.1.1.5 Os EPI's devem possuir estampado em local de fácil visualização o número do Certificado de Aprovação (CA) pelo MTE, ENIT ou órgão vigente, conforme NR-6.
- 5.1.1.6 A CONTRATADA deve manter um controle do fornecimento dos seus EPI's. Observada a falta ou o uso inadequado de EPI's, cabe à CONTRATADA corrigir tal não-conformidade imediatamente ou retirar o empregado da exposição aos agentes agressivos, até que seja suprida a falta ou adotada a prática de uso adequado.
- 5.1.1.7 Os EPI's devem ser mantidos em perfeitas condições de conservação e limpeza. Caso a CONTRATADA opte pela reutilização de EPI's, estes devem ser adequadamente higienizados e protegidos. A CONTRATADA deve manter registros dos EPI's higienizados e reutilizados.
- 5.1.1.8 Para qualquer atividade a ser executada em altura superior a 2 metros do solo, na qual haja risco de queda do trabalhador, deve ser fornecido cinto de segurança tipo pára-quedista.
- 5.1.1.9 Nas frentes de obras deve haver reserva para reposição imediata, no mínimo, dos seguintes EPI's: protetor auricular, óculos de segurança e luvas.

5.1.2 Permissão de Trabalho

5.1.2.1 A CONTRATADA deve indicar por escrito à CONTRATANTE, as pessoas que, sob sua total responsabilidade, a representarão como requisitantes de PT. Essas pessoas só poderão requisitar PT após receber treinamento específico pela CONTRATANTE.

5.1.2.2 Qualquer trabalho dentro de unidade industrial ou em faixa contendo duto (montagem e desmontagem, manutenção, construção, reparos, inspeção, escavações) a ser realizado em área previamente definida e informado pela CONTRATANTE, deve ser precedido de uma autorização por escrito denominada Permissão de Trabalho - PT, a ser emitida por empregado da CONTRATANTE responsável pela área ou equipamento, conforme norma de PERMISSÃO DE TRABALHO da CONTRATANTE.

5.1.2.3 A CONTRATANTE credenciará os empregados da CONTRATADA, após qualificação (curso específico), para requisitar a "Permissão de Trabalho - PT".

5.1.2.4 Nenhum trabalho pode ser iniciado sem que todas as condições exigidas pela "PT" estejam atendidas. Uma via da PT emitida deve permanecer no local do serviço.

5.1.2.5 Qualquer empregado da CONTRATANTE, ou da CONTRATADA, deve paralisar serviço no qual se evidencie riscos graves e iminentes, ameaçando a segurança ou saúde das pessoas, o meio ambiente ou a integridade das instalações.

5.1.3 Serviços envolvendo Eletricidade

5.1.3.1 A CONTRATADA deve apresentar à CONTRATANTE, a relação do pessoal autorizado e qualificado para trabalhos em instalações elétricas, seguindo as instruções das NR-10 e NR-18.

5.1.3.2 A CONTRATADA deve utilizar painéis, máquinas, equipamentos, ferramentas e instrumentos elétricos adequados ao serviço.

5.1.3.3 A CONTRATADA deve treinar todos os executantes em primeiros socorros a acidentados, especialmente através das técnicas de reanimação cardio-respiratória e, ainda, em operação de equipamentos de combate a incêndio em instalações elétricas, conforme previsto na NR-10 e na NR-18.

5.1.3.4 Todos os equipamentos elétricos utilizados pela CONTRATADA devem estar em perfeitas condições de uso e ter garantia de seu funcionamento seguro durante os serviços.

5.1.3.5 As máquinas de solda devem ser testadas quanto a sua isolamento elétrica, sinalizadas e instaladas em locais com proteção contra chuvas.

5.1.4 Serviços de Escavação

5.1.4.1 Devem ser atendidos os requisitos do item 18.6 da NR-18, da NBR 9061/85 - segurança de Escavação a Céu Aberto da ABNT, e das exigências requeridas pela Permissão para Trabalho - PT.

5.1.4.2 As escavações devem ser supervisionadas por pessoal qualificado, que orientará os operários, quando se aproximarem das tubulações existentes, até a distância mínima de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);

5.1.4.3 A escavação e movimentação de terra em faixa onde existam outros dutos, deve ser precedida de sondagem para identificação e locação dos dutos e outras interferências existentes.

5.1.4.4 Os materiais retirados da escavação devem ser depositados a uma distância superior à metade da profundidade, medida a partir da borda do talude.

- 5.1.4.5 As escavações e serviços em locais com possibilidade de vazamento de gás e de substâncias inflamáveis ou tóxicas, devem ser monitorados continuamente.
- 5.1.4.6 O procedimento para abertura de vala, com mais de 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros) de profundidade, deve especificar uso de escadas ou rampas, colocadas próximas aos postos de trabalho a fim de permitir, em caso de emergência, a saída rápida dos trabalhadores.
- 5.1.4.7 É obrigatório o uso de tapumes ou barreiras, onde necessário, de forma a impedir o acesso de pessoas estranhas aos serviços;
- 5.1.4.8 Todo serviço a ser realizado por pessoas no interior de vala/escavação, depois de esgotadas todas alternativas técnicas para evitá-lo, deve ser precedido de, no mínimo, uma Análise Preliminar de Risco – APR;
- 5.1.4.9 A estabilidade dos taludes das escavações com profundidade superior a 1,25m deve ser mantida por meio de estruturas dimensionadas para este fim. Devem ser garantidas através de laudo de vala realizado por profissional habilitado e ser atendidas as recomendações da NBR-9061 (Segurança de escavação a céu aberto) ou Norma que a substitua.

5.1.5 Equipamento de Transporte

- 5.1.5.1 Os veículos destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros e de materiais, devem satisfazer além das exigências do Código de Trânsito Brasileiro, destacadamente o artigo 107 e aos requisitos de conforto, higiene e segurança.
- 5.1.5.2 A CONTRATADA deve elaborar um plano de manutenção periódica para todos os tipos de veículos utilizados, atendendo às especificações do fabricante. Deve ser efetuada LV periódica para avaliação das condições do veículo, não sendo permitidos pneus “re-frisados” e veículos com emissão de gases fora dos padrões.
- 5.1.5.3 Os veículos devem ser equipados com rastreadores e monitorados por sistema de GPS que permita a emissão de relatórios de velocidade e rotas.

5.1.6 Armazenagem e Estocagem de Materiais

- 5.1.6.1 Tubos, pranchas e outros materiais de grande comprimento ou dimensão devem ser arrumados em camadas, com espaçadores e peças de retenção, separados de acordo com o tipo de material e a bitola das peças.
- 5.1.6.2 O armazenamento deve ser feito de modo a permitir que os materiais sejam retirados obedecendo à seqüência de utilização planejada, de forma a não prejudicar a estabilidade das pilhas.
- 5.1.6.3 Os materiais não podem ser empilhados diretamente sobre piso instável, úmido ou desnivelado.
- 5.1.6.4 Os materiais tóxicos, corrosivos, inflamáveis ou explosivos devem ser armazenados em locais isolados, apropriados, sinalizados, atendendo à legislação específica de cada produto. O acesso aos materiais somente será permitido a pessoas devidamente autorizadas, as quais devem ter conhecimento prévio do procedimento a ser adotado em caso de eventual acidente.
- 5.1.6.5 Os cilindros de gases para solda, quando fora de uso, devem ser transportados e armazenados adequadamente amarrados, com "capacete" da válvula instalado, obedecendo-se às prescrições quanto ao transporte e armazenamento de produtos inflamáveis.



5.1.7 Sinalização

- 5.1.7.1 É obrigatório o uso de uniformes com tiras refletivas na camisa e na calça quando o trabalhador estiver a serviço em vias públicas no período noturno;
- 5.1.7.2 A sinalização de segurança em vias públicas deve ser dirigida para alertar os motoristas, pedestres e em conformidade com as determinações do órgão competente.
- 5.1.7.3 Nas escavações realizadas em vias públicas ou canteiros de obras devem ter sinalização de advertência, inclusive noturna, e barreira de isolamento em todo o seu perímetro.

6 PLANOS DE CONTINGÊNCIA E EMERGÊNCIA

6.1 PLANOS DE EMERGÊNCIA

- 6.1.1 Em caso de vazamento de duto em operação, a CONTRATADA comunicará imediatamente à CONTRATANTE, e ao Órgão operacional responsável que dará as orientações necessárias para ação imediata.
- 6.1.2 Para o caso de grandes vazamentos, a CONTRATADA deve acionar o Plano de Atendimento a Emergências – PAE da CONTRATANTE.

6.2 PLANO DE GESTÃO DE RESÍDUOS

- 6.2.1 A CONTRATADA deve desenvolver o seu Plano de Gestão de Resíduos que terá como base a sua Política Ambiental, Plano de Gestão Ambiental da Obra, Programa de Gerenciamento e Disposição de Resíduos apresentados nos EIA/RIMA, ou RAS, dos respectivos Empreendimentos, além de Normas e Leis pertinentes.
- 6.2.2 Todos os resíduos gerados pela obra e por suas atividades auxiliares devem ser caracterizados conforme as Normas NBR 10.004, 10.005, 10.006 e 10.007.
- 6.2.3 Todos os resíduos devem ser transportados conforme a Norma NBR 13.221;
- 6.2.4 A disposição de pilhas e baterias deve ocorrer conforme a Resolução CONAMA 257;

6.3 PLANO DE EMERGÊNCIAS MÉDICAS E PRIMEIROS SOCORROS - PEMPS

- 6.3.1 Deve ser elaborado e operacionalizado um Plano de Emergências Médicas e Primeiros Socorros (PEMPS) contendo:
 - 6.3.1.1 Objetivo;
 - 6.3.1.2 Hipóteses acidentais;
 - 6.3.1.3 Dimensionamento da equipe de saúde;
 - 6.3.1.4 Procedimentos para controle de Emergências Médicas;
 - 6.3.1.5 Descrição dos recursos de assistência e remoção de acidentados por frente de serviço;
- 6.3.2 Nas hipóteses acidentais do PEMPS, devem ser considerados os acidentes mais frequentes em obras de dutos terrestres como, por exemplo, acidentes de trânsito e na utilização de equipamentos e ferramentas, e suas possíveis consequências.

7 AUTORIDADE E RESPONSABILIDADE

- 7.1 A CONTRATADA é responsável pela implementação e cumprimento da sistemática estabelecida nesta Diretriz.